

A QUEM PODE SER ATRIBUÍDO O *STATUS* DE SUJEITO DO CONHECIMENTO? Desafios para o debate teórico-crítico feminista sobre gênero

Maísa Maria Vale*
Maria Nazaré Mota de Lima**

Resumo

As últimas décadas do século XX foram marcadas como a época dos questionamentos e rompimentos com os cânones estabelecidos pela ciência moderna. Este artigo busca problematizar, a partir de reflexões apresentadas no trabalho “O sujeito coletivo multifacético da política feminista: as mulheres como mulheres, com seus corpos e o que eles simbolizam”, no III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, na Universidade do Estado da Bahia – Uneb, em maio de 2013, a abrangência da categoria mulher/es, tomada de forma acrítica a partir da biologia pelos estudos feministas. O marco teórico desta reflexão encontra-se demarcado pelas críticas formuladas pelas feministas contemporâneas às teorizações do sujeito. Apropriando-se criticamente dos conceitos de gênero e mulher/es da forma como aparecem nessas críticas, o estudo se constrói no seguinte questionamento: a quem pode ser atribuído o *status* de sujeito do poder/conhecimento? O ponto central desta reflexão é a busca por argumentação que legitime a emergência de lésbicas e transgêneros ao poder/conhecimento, sujeitos historicamente, regulados e silenciados por pressupostos do pensamento moderno ocidental.

Palavras-chave: poder; conhecimento; gênero; mulher/es.

Abstract

The last decades of the twentieth century were marked as the time of the questioning and disruptions to the canons established by modern science. This article raises questions from reflections presented in the paper "The guy multifaceted collective of feminist politics: women as women, their bodies and what they symbolize" in the III International Seminar Linking sexualities, at the State University of Bahia - UNEB, in May 2013, the scope of the woman class / es taken uncritically from biology by feminist studies. The theoretical framework of this reflection is marked by criticism by contemporary feminist theorizing on the subject. Appropriating critically the

* Doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres Gênero e Feminismo na Universidade Federal da Bahia – UFBA; Coordenadora do Odara – Instituto da Mulher Negra. E-mail para contato: maisavale@hotmail.com.

** Doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia – UFBA e professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia – UNEB e do Programa de Pós-graduação em crítica cultural - PÓS-CRÍTICA.

concepts of gender and women / s as they appear in these critical, the study builds on the following question: who can be assigned the status of subject of power / knowledge? The central point of this reflection is the search for arguments to legitimize the emergence of lesbian and transgender people to the power / knowledge, historically subject, regulated and silenced by assumptions of modern Western thinking.

Key words: Power, knowledge, gender; women

INTRODUÇÃO

Conquistado nas primeiras décadas do século XX, através do decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, concomitantemente ao direito ao livre exercício do voto, o direito das mulheres à participação nos espaços da democracia representativa, como eleitas, passou a ser, por muitos anos, o grande paradoxo da democracia liberal adotada pelo Estado brasileiro.

Inicialmente, a presença das mulheres na vida pública era tida como algo bastante negativo e ensejava inúmeras reações, que iam da pura e simples contestação ao questionamento sobre a sua capacidade intelectual para exercerem este direito característico de cidadania. Ao contrário do que ocorreu com sua condição de votante, visto que hoje muitas exercem este direito, o direito de serem votadas ainda esbarra em uma série de impedimentos que dificultam a sua participação como candidatas e, conseqüentemente, a representação política.

É importante que se diga que mesmo com a aprovação da carta magna de 1988 – conhecida como a Constituição cidadã –, onde vários mecanismos de defesa dos direitos da mulher foram positivados, as mulheres em geral, e as negras em particular, seguem sendo sub-representadas nas diversas câmaras legislativas deste país, acumulando-se, assim, um déficit de gênero e racial que perpassa todos os momentos históricos e se perpetua em pleno século XXI, em todas as regiões do país.

A persistência deste quadro assimétrico na sociedade é motivada por inúmeros fatores, mas destaca-se, dentre eles, a incapacidade de perceber e trabalhar as diferenças (identitárias, históricas, culturais, socioeconômicas e institucionais). Atualmente reconhecemos que esta incapacidade é a mola propulsora da sub-

representação política das mulheres, especialmente as mulheres negras. Resta saber como se produz a invisibilidade desses sujeitos historicamente silenciados pelo poder hegemônico.

As críticas instituídas por feministas contemporâneas à forma moderna de pensar e construir o conhecimento têm sido extremamente úteis para expor os inúmeros casos em que pressupostos de tradições filosóficas ocidentais essencialistas, oposições binárias¹, esquemas dicotômicos², verdades absolutas universalizantes serviram para dificultar o deslocamento de mulheres, negros, homossexuais, imigrantes, colonizados, etc. na estrutura social.

Essas críticas também revelaram para o mundo que o sujeito da ciência nunca foi neutro, por se tratar, na verdade, do masculino, branco, heterossexual, ocidental e proprietário. Daí a necessidade e importância de se dar voz a sujeitos que historicamente têm limitado ou nenhum acesso às instâncias de fala e de poder.

Autoras como Martha Narvaz e Silvia Koller, politizando o debate sobre esta forma de produção do conhecimento baseada em pressupostos modernos, afirmam que, atualmente:

As epistemologias feministas entendem que o conhecimento é sempre situado, posicionando-se contra a objetividade e a neutralidade, características da ciência positivista androcêntrica e resgatando o papel da emoção, do corpo e da experiência na produção do conhecimento científico.³

De posse das letras questionadoras da crítica feminista contemporânea, já que esta noção de mulher/es, pretende-se rever neste artigo alguns dilemas que perpassam os debates sobre a categoria gênero limitada ao que se entende sobre o

¹ Uma definição positiva que se baseia na negação ou repressão de algo representado como sua antítese, por exemplo, homem/mulher, masculino/feminino, identidade/diferença, público/privado, corpo/espírito, produção/reprodução.

² Preceito dividido em dois e geralmente de caráter contrários ou integrantes.

³ NARVAZ, Martha Giudece e KOLLER, Silva Helena. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política, *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, set/dez, 2007, p. 651.

que é ser homem/mulher, o que tem atingido em cheio o sujeito do feminismo. Isto em razão de que, estas categorias “são uma ficção e não uma realidade empírica”⁴.

No intuito de rabiscar algumas respostas acerca destas limitações é que indagamos: a quem é dado o *status* de sujeito nas pesquisas intituladas feministas? Não porque esta seja uma tarefa facilmente executável, mas porque vai ao encontro dos ensinamentos de intelectuais como Sueli Carneiro, sobretudo ao encontro do que ela chamou de “enegrecer” o conhecimento⁵, uma postura política diante da percepção dos efeitos nefastos produzidos pelo poder hegemônico, através de pressupostos de tradições filosóficas ocidentais.

Michel Foucault, em sua obra *Genealogia e Poder*⁶ lembra que fazer história não é ser cúmplice dos próprios modos do pensamento. Muito menos legitimar a razão ocidental (a ideia de superioridade do saber científico sobre os outros saberes de outros povos).

Tudo isso costuma se apresentar como um dilema teórico-metodológico para uma investigação feminista que visa uma transformação social, mas, ainda assim, se utiliza da categoria mulher/es aprisionada num gueto conceitual de uma identidade essencializada, que se fundamenta, basicamente, em critérios biologizantes para selecionar seus feitos. Com base nestes pressupostos, quem então poderia ser considerada “mulher”, “negra” e ter o seu direito à fala, assegurado pela teoria feminista?

Neste sentido, reivindicar a legitimidade de determinados sujeitos ao poder/conhecimento, a exemplo de lésbicas e transgêneros, como direito a ser sujeitos do próprio conhecimento que produz numa pesquisa feminista, é considerar a autodeclaração como um exemplo de critério a ser levado em conta nestas seleções. A crítica a estes critérios objetivos de escolha acionados quando da definição de

⁴ RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995, p. 79.

⁵ CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, 2003, p. 03.

⁶ FOUCAULT, Michel. *Genealogia e Poder*. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 167-177.

quem se pode dar voz tem sido os mesmos a determinar quem tem direito à representação no poder político formal e quem pode ser sujeito na historiografia.

Estes tópicos nos instigam a pensar empiricamente, por exemplo, no caso em específico da dançarina de pagode Leo Kret do Brasil, eleita vereadora em 2008 e da candidata à vereadora em 2012, não eleita, Edileuza Vida Bruno para a Câmara municipal de Salvador, em virtude das duas terem sua identidade de gênero frequentemente contestada e seu direito a voz também frustrado, mesmo quando a pesquisa se intitula feminista, ou aborda relações de gênero.

Ao invés de estagnarmos em omissões passadas, optamos por problematizar, desconstruir, desnaturalizar e repensar as teorias e a investigação social, tomando sempre como premissa as possibilidades de protagonismos presentes no tecido social. O que pressupõe pensar a constituição dos sujeitos como resultado de um movimento relacional e complexo, pois como alerta Margareth Rago,

É difícil falar de uma epistemologia feminista, sem tocar na discussão sobre os perigos da reafirmação do sujeito “mulher” e de todas as cargas constitutivas dessa identidade no imaginário social. Afinal, [...] É na luta pela visibilidade da “questão feminina”, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce um contradiscurso feminista e que se constitui um campo feminista do conhecimento. É a partir de uma luta política que nasce uma linguagem feminista.⁷

Vale destacar, em meio a tantas problematizações, que “os sujeitos são pontos de chegada e não pontos de partida”.⁸ Neste entendimento o sujeito mulher/es é concebido de forma crítica não biologizada, essencializada, mas também social e culturalmente construída, a partir das experiências características da realidade em que vivem e das múltiplas relações que se estabelecem na vida social.

O ganho que se pontua nesta nova sistemática de englobar o uso crítico do conceito gênero longe da lógica binária – macho e fêmea, homem e mulher - artificial do sexo é uma identidade mulher/es concebida a partir da possibilidade de

⁷ RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 07-08.

⁸ RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995, p. 79.

rompimento com esta ordem - as transgressões e subversões - que desestabiliza as hegemonias heterossexuais.

Portanto, um conceito de gênero pra ser pensado de forma crítica é importante que seja não apenas em relação aos atributos do masculino e feminino, na medida em que estes disfarçam o discurso unívoco e hegemônico do primeiro em relação ao segundo. Com isso ganham também os demais sujeitos tidos como subalternos, ao menos, mais espaço no interior das pesquisas, a partir dos temas e feitos que deles fazem parte.

O lugar de fala como um território demarcado

Conforme buscamos evidenciar neste artigo, há vários aspectos que se encontram emaranhados em algumas observações iniciais de algumas campanhas eleitorais, aliado ao comportamento de alguns/as candidatos/as às eleições proporcionais e majoritárias, que também influenciaram bastante na construção e direcionamento desse objeto de pesquisa. Portanto, o acúmulo destes envolvimento nas relações com companheiras de militância e candidatas na política se constitui como questões fundamentais para os posicionamentos expostos acerca dos critérios utilizados para ascensão e ocupação dos espaços na sociedade e nas ciências, que historicamente beneficia um único grupo social.

Sandra Harding (2007), em seu ensaio “Gênero, democracia e filosofia da ciência”, se depara com um questionamento formulado pelo feminismo, que diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada. Isto a conduz a uma crítica sobre os desafios para maximizar a objetividade dos processos de pesquisa. Neste sentido, vale a pena trazer, na íntegra, os argumentos lançados por esta autora acerca deste pressuposto da ciência ocidental:

De acordo com a visão convencional, é por meio dos métodos científicos, especificados nos projetos de pesquisa, que os valores sociais e os interesses que os pesquisadores inevitavelmente levam para seu trabalho podem ser identificados e eliminados. Essa abordagem certamente tem suas virtudes. Todavia, é evidente que ela só consegue alcançar uma forma *fraca* de objetividade, uma vez que muitas suposições sexistas e androcêntricas (sem falar das suposições baseadas em interesses e valores de classe, religião, cultura, nacionais, raciais e imperiais) moldaram, nos

que foram declarados os projetos de pesquisa científica mais rigorosos, os resultados das pesquisas em C&T, especialmente na biologia e nas ciências sociais.⁹

Considerando que o lugar da fala é território demarcado¹⁰ e, motivadas por outro/as autores/as que recomendam um posicionamento epistemológico para tornar evidentes os interesses que perpassam o estudo, seguimos explanando, desde já, a condição social das autoras e a relação destas com o objeto problematizado neste artigo,¹¹ no intuito de afirmar a impossibilidade de neutralidade e posicionamentos inconscientes. Nesta perspectiva, o construir teórico é uma decorrência das circunstâncias passadas ao longo da vida, sendo também uma postura política, posicionada assumida acerca do próprio objeto em questão.

Iniciamos fazendo referência aos exemplos aprendidos no contexto familiar, que foram fundamentais para o sentido do que é ser parte de uma comunidade negra e da importância de se forjar uma unidade para os enfrentamentos cotidianos, de luta por existência. Estes ensinamentos soam em forma de estratégias de resistência imprescindíveis para o enfrentamento de tantos estereótipos negativos e imprecisos que, desde cedo, a nós negros/as são apresentados.

Trata-se de uma visão comprometida com a sobrevivência e a integridade, não apenas individual, senão de toda uma comunidade – de homens e mulheres. Esses ensinamentos marcam uma vida inteira.

⁹ HARDING Sandra. Gênero, democracia e filosofia da ciência. RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.164, jan./jun. 2007.

¹⁰ SPIVAK, G., ¿Puede hablar lo subalterno?, Revista Colombiana de Antropología, Volumen 39, enero-diciembre 2003, p. 327.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 159.

Também a partir de uma série de questionamentos de ordem filosófica, sociológica, na medida em que caminha no sentido diverso e contra-hegemônico, que vai de encontro ao epistemicídio¹² imposto pelo colonialismo, racismo e patriarcado.

De modo que nos apresentarmos como mulheres negras é resultado de um processo de conscientização não apenas da negritude, senão da forma de inserção no mundo como um sujeito insurgente a lógica dominante. Pois, como bem evidencia Neusa Souza,

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.¹³

Assim, para fins de uma abordagem analítica das campanhas para vereador/as do município de Salvador, nos anos de 2008 e 2012, cujo foco era responder algumas indagações que envolvem a trajetória social e política das mulheres negras, quais sejam: de que forma estas candidatas vivenciaram processos políticos? Havia diferença na forma de atuação uma das outras? Havendo diferença, seria em razão de peculiaridades relacionadas ao seu perfil traçado a partir de suas identidades e ao capital social acumulado que determinam os interesses de cada uma frente a este processo? Ou porque as diferenças fundadas em suas inúmeras identidades, imbricadas, dificultam tal participação no campo político? Como será que gênero, raça, sexo e outros marcadores sociais operam nas trajetórias sócio-políticas e nas escolhas dessas mulheres na busca por autorrepresentação política?

¹² Sueli Carneiro (2005) trabalha a noção de Epistemicídio a partir das contribuições desenvolvidas, por Boaventura Sousa Santos (1997), entre outros, que consiste na eliminação ou inferiorização ativa de algumas formas de conhecimento em favor de outras, consideradas mais desejáveis no marco de uma dada estratégia de poder. Para a autora, “o epistemicídio se realiza através das múltiplas ações que se articulam e se retroalimentam, (...) como com o rebaixamento da capacidade cognitiva do negro” (CARNEIRO, 2005, p. 114). Este conceito se constituiu e se constituiu num instrumento dos mais eficazes e duradouros à dominação étnico/racial, para a negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzidos pelos grupos dominados e, consequentemente de seus membros enquanto sujeito do conhecimento. p. 96.

¹³ SOUZA, Neusa dos Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 17 -18.

Do universo de 156 inscritas, em 2008 e 316 em 2012, foram escolhidas dez candidatas, adotando como critério a condição identitária destas mulheres, com o propósito de evidenciar, a diversidade e os antagonismos que perpassam este cenário de disputa mais micro, por conta dessas identidades, por entender que neste estas se manifestam de forma mais evidente.

Diante de tanto dilema acerca dos efeitos desses pressupostos no fazer científico foi inevitável trazer tais problematizações, sobre a maneira como vem sendo apropriada de forma acrítica a categoria gênero para este estudo no intuito de incorporar ao debate também a abrangência da identidade mulher/es enquanto sujeito do movimento e teoria feminista.

Esta prática está diretamente relacionada a uma herança da teoria moderna e, ainda hoje, flagramos o seu uso em diversas produções teóricas, apesar de inúmeras críticas e ressalvas terem sido formuladas por autoras/es como Judith Butler¹⁴ e Chantal Mouffe¹⁵, acerca dessa obrigatoriedade de se ter, já de imediato, identificado, delineado e definido previamente quem é o sujeito da pesquisa.

Foi quando surgiu o primeiro problema teórico-metodológico desta investigação, fazendo emergir algumas inquietações de quem selecionar para esta amostra. Quem poderia ser considerada “mulher” e “negra” para ter o *status* de sujeito assegurado nesta pesquisa, se a crítica feminista contemporânea rechaça a noção de mulher enquanto uma identidade essencializada?

Essas novas investidas sobre as teorizações da “mulher/es” nos tem levado a admitir que a “ausência” do protagonismo dos sujeitos tidos como subalternos no discurso histórico e nos espaços de poder, assim como seu não lugar na representação política resultam, em grande medida, destes obstáculos epistemológicos modernos que reforçam o androcentrismo, eurocentrismo e o etnocentrismo, por exemplo, na seleção das fontes. Nestes paradigmas, “tudo foi

¹⁴ BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

¹⁵ MOUFFE, Chantal. O Regresso do político. Trad. Ana Cecília Simões. Lisboa: Gradiva, 1993.

construído à imagem masculina e às mulheres é reservado apenas o espaço como a ‘outra’”.¹⁶

Logo, o ponto central desta reflexão que abordam a abrangência da categoria “mulher/es” numa perspectiva feminista que engloba a participação e representação política das mulheres, em princípio, é buscar por argumentação que legitimem a emergência de lésbicas e transgêneros, sujeitos historicamente regulados e silenciados, preteridos do poder/conhecimento.

Essas críticas têm responsabilizado os pressupostos modernos por legitimarem, ao longo dos anos, as hierarquias, subordinações e exclusões, que hoje lutam para reverter. Esse é apenas um aspecto do debate, pois estes requisitos foram decisivos para a invisibilidade de determinados sujeitos. Além do fato de que nas poucas ocasiões em que estes aparecem é através de oposições teóricas, assimétricas e ideológicas, bem como de imagens que reafirmam papéis sociais de subalternidade, percebidas e classificadas por meio de símbolos das culturas para justificar tal condição.

Esta forma “despretensiosa”, “ou inconsciente” de se trabalhar – levando para o campo um sujeito já formatado foi um dos fatores que ocasionou, inclusive, a exclusão das experiências de mulheres, negros, homossexuais, colonizados, etc. da política, das ciências e dos processos históricos.

Essas críticas argumentam no sentido de que a noção de sujeito baseada em esquemas essencialistas, dicotômicos e binários esteve, também, historicamente marcada por particularidades e se pretendia universal. A esse respeito, salientam Narvaz e Nardi:

As teorias essencialistas que fundamentaram as políticas de identidade do feminismo original na criação da categoria “mulheres” têm sido contestadas pelas feministas contemporâneas, destacando-se aqui os

¹⁶ VALE, Maísa M. Mulheres na Política Local: Reflexões sobre a gênese da desigualdade de gênero em Salvador. 2012. Acessível em <http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/196/85>

trabalhos de Harding (1993), Butler (1986, 2000, 2003) e Scott (1995), aspecto no qual convergem com o pensamento de Foucault.¹⁷

Além de que essas identidades quando entrecruzadas com outras posições – sexo, religião, classe, por exemplo – resultam em outra condição de desempoderamento, o que faz com que essas identidades interseccionadas com o gênero tenham o seu poder de exclusão ainda mais potencializado.

Ao que tudo indica, essa teorização do sujeito está longe de encontrar o ponto de chegada desse debate que envolve as segregações políticas e temáticas informadas pelas identidades, essencialismos e definição de papéis.

Rompendo com a colonialidade: por uma epistemologia feminista plural

Já faz algum tempo a teoria feminista reconheceu como imperativo o trabalho de buscar, definir, redefinir e criticar a complexa realidade que estabelece a nossa maneira de pensar e compreender as coisas que nos cercam no mundo. O deslocamento proporcionado por essas críticas contribuiu para a elaboração de releituras das teorizações, dentre essas as noções do sujeito universal, a-histórico, binarismos, identidades essenciais, sobretudo, a de gênero e sexual, em razão de estas refletirem na categoria “mulher/es”.

Nas ciências sociais e políticas a noção do sujeito social como universal, livre, autônomo e racional sempre esteve presente. Há um esforço destas ciências de estabelecer, de antemão, que a teoria requer um sujeito, sem o qual a política é impensável. Ainda hoje essa sistemática tem se proliferado em diversas produções teóricas no ocidente.

Tudo isso foi maciçamente usado, contudo hoje este fazer científico é objeto de leitura crítica por parte de muitos/as teóricos/as que, se por um lado vêm promovendo um deslocamento, uma evolução na forma de se lidar com o sujeito da

¹⁷ NARVAZ, Martha e NARDI, Henrique Caetano. Problematizações feministas à obra de Michel Foucault. Revista Mal-Estar e Subjetividade, Fortaleza, vol. VII, n. 1, março de 2007, p. 52.

ciência, tendo este como multifacetado, portador de múltiplas identidades, por outro têm trazido uma série de desconfortos para a Teoria Feminista e Estudos de Gênero.

A filósofa Donna Haraway (2000), por exemplo, tomando por base a metáfora do ciborgue, impressa como um constructo evidencia a ambiguidade das fronteiras das diferenças, colocando em xeque a pretensa “naturalidade” com que se definem as coisas, a forma frequente de recorrer à natureza em busca de explicações para as coisas e os fenômenos. O imaginário ciborgue modificou os horizontes daquilo que um corpo pode ser e aponta para o artificial como o estaleiro em que se modifica e constrói o corpo a partir da cultura. Para esta autora as fronteiras entre natureza e cultura estão a ser derrubadas.¹⁸

De acordo com a historiadora feminista Joan Scott (1992¹⁹, 1994²⁰), um dos princípios também caro das concepções fundadas nos binarismos refere-se aos significados produzidos diferencial e hierarquicamente, que se declaram neutros e constituem e fundamentam as relações de poder. Para a autora essas reflexões acerca dos pressupostos básicos da teoria moderna se colocam, na contemporaneidade, como espaço de elaboração de uma linha de análise das tecnologias disciplinares e normativas que, em conjunção com os dispositivos de gênero e outros saberes, geraram uma visão formatada do sujeito mulher, produzindo e regulando os corpos femininos.

As críticas dirigidas por esses/as autores/as aos pressupostos da ciência moderna, em especial, ao essencialismo, não desconstruem apenas o sujeito masculino da ciência universal moderna, mas também o sujeito “mulher” e “mulheres”, por se tratarem de identidades que, como enfatiza a filósofa e militante

¹⁸ HARAWAY, Donna J. (2000), “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica.

¹⁹ SCOTT, Joan Wallach. *História das mulheres*. In. BURKE, Peter (org) *A escrita da História*. Novas perspectivas. São Paulo: Unesp. 1992. p.63-95

²⁰ SCOTT, Joan Wallach. *Gênero uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. Recife: SOS: Corpo e Cidadania, 1994.

feminista Judith Butler (2003), não só deflagram os interesses e objetivos de unidade para as lutas de emancipação, mas também constituem o próprio sujeito do feminismo.

É por isso que quando nós feministas lançamos estas críticas ao sujeito universal atingimos, em cheio, o sujeito essencialista do feminismo “mulher”. Atualmente, por força destas críticas, avançou para “mulheres”, por se entender que no cenário cotidiano das lutas políticas de transformação social não há apenas uma espécie de “mulher”, mas diversas. São oriundas de agrupamentos sociais distintos que se constituem nas relações da vida cotidiana (negras, lésbicas, evangélicas, idosas, trabalhadoras, pobres. etc.), suscitando interesses, reivindicando inúmeras bandeiras, reafirmando que as identidades são sempre múltiplas e não singulares.

Judith Butler (1990) também endossa esta crítica, afirmando que “a natureza acaba por ser sempre cultura”, dando a entender que também a natureza é uma construção cultural. Nesse sentido, os sujeitos já não são tão evidentes como normalmente costumamos pensar. Sendo assim, não há por que se trabalhar com as identidades dando ênfase às formas como estas se apresentam e se articulam nas ações cotidianas?

Este problema perpassa não apenas a categoria analítica “mulher/es, senão a questão das identidades presentes numa multiplicidade de relações sociais nas quais as diferenças estão construídas de diversos modos. A regulação social dos sujeitos, dos corpos e da sexualidade, tem implicado o enquadramento dos sujeitos – não apenas pela teoria mas, sobretudo, em sua ação política, nas novas lutas trazidas pelos movimentos sociais – por meio de caixinhas, fazendo com que estes se apresentem nos processos cotidianos já identificados, enquadrados e classificados.

Conforme afirma Louro (1999)²¹, nem mesmo as identidades são uma decorrência direta das "evidências" dos corpos, o que pressupõe o movimento de questionar de fato quem pode e quem não pode ser enquadrado como mulher, negra

²¹ LOURO, Guacira. L. (org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 8.

e, conseqüentemente, adentrar na ciência, na política e na história com seu *status* de sujeito científico assegurado.

Em resumo, a crítica à identidade essencial a priori, necessária, rejeita a interpretação de que dentro dessa categoria ainda é possível reter, com as ressalvas e limites, outras identidades como “negros”, “classe trabalhadora”, “idosas”, ou outros significantes que dão sentido às transgressões de sujeitos coletivos. Afinal, negar a existência de vínculos históricos, contingentes e variáveis não quer dizer que estes não existam.

Avaliar o sujeito da teoria feminista “mulher/es” em todas as dimensões em que este se apresenta nas relações sociais e também nas disputas políticas, é cuidar das especificidades, “[...] a partir de uma interpretação que nos permita entender como é construído o sujeito através de diferentes discursos, posições e interesses²² é levar em conta a multiplicidade de mulheres, com seus corpos e suas identidades na relação, atuantes no processo de disputas políticas, com maior possibilidade de evidenciar os antagonismos e contradições, bem como o grau de desempoderamento ao qual estão submetidas. É trazer para a cena novas identidades, como resultado deste “processo de afirmação e diferenciação”. O nascimento do que Hall (1997)²³ qualifica como uma “política de identidades”²⁴.

Nesta, o conceito de gênero deve ser fortemente problematizado com base, inclusive, nas críticas formuladas por autoras feministas diversas no sentido de argumentar sobre o fato de experiências específicas de determinados sujeitos serem deliberadamente privilegiadas ou rechaçadas socialmente da ciência que, em certa medida, é evocada para legitimar a política e os feitos históricos, o que pressupõe um movimento reivindicatório de legitimação da representatividade política de sujeitos que se encontram nas margens.

²² MOUFFE, Chantal. *El Retorno de lo político. Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical*. Trad. Marco Aurelio Galmarini. Editorial Paldós, Buenos Aires, 1999, p. 126.

²³ HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

²⁴ LOURO, Guacira. L. (org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 4.

O ganho advindo de um estudo que envolve a luta pelos direitos das mulheres negras à representação política, onde gênero encontra-se entrecruzado com outros eixos de opressão - raça e sexualidade -, é que este atribui ao tema uma conotação que supera as possibilidades do que se costuma habitualmente atribuir. A questão que está posta, entretanto é: até que ponto a teoria feminista nos deixa "portas abertas" para repensar as questões que desejamos expor e formular a teoria feminista como uma teoria da prática cotidiana? Esta resposta, certamente, repercute na forma de selecionar os sujeitos e objetos da pesquisa.

A ideia é que tenhamos espaço para potencializar novas reflexões para a teoria feminista envolvendo o sujeito mulher, com o campo do gênero, mas este levando em conta a sua condição resultante das imbricações deste com outras categorias – sexualidade, raça, classe social, religiosidade, dentre outras.

Fios e desafios: por uma epistemologia feminista plural

O principal objetivo de estabelecer este diálogo entre as críticas feministas contemporâneas sobre as teorizações do sujeito e a participação política de candidatas negras à Câmara de Vereadores de Salvador reside no questionamento formulado inicialmente, qual seja: A quem pode ser atribuído o *status* de sujeito numa pesquisa feminista?

Obviamente que a resposta para esse questionamento passa pela forma dominante de pensamento ocidental fundado na ciência moderna que, aliado à lógica patriarcal, determina a forma como se dá o acesso dos sujeitos aos espaços público/privado. A mulher negra lésbica ou transexual tem sido silenciada, impedida de falar sobre suas experiências na dinâmica social. Nem sequer nas pesquisas feministas tem tido o privilégio de ser incorporada como sujeito, o que deixa evidente a tripla carga de discriminação a que estão submetidas essas mulheres em virtude das identidades (mulher/negra/lésbica ou transexual) que apresentam.

A cidade de Salvador, considerada a cidade mais negra fora da África e com maior número de mulheres em relação aos homens (53,33%), é a quarta capital com maior número de gays (9,8%) e a quinta com maior percentual de lésbicas (6,3%).

Entretanto, tal diversidade ainda não pode ser vista, uma vez que estes sujeitos sempre foram e ainda são minoria em sua Câmara Municipal²⁵. É importante ressaltar que a identificação dessas mulheres, segundo a raça e orientação sexual, se apresenta, ainda hoje, como o primeiro dos inúmeros obstáculos para se fazer uma pesquisa desta natureza, pelo fato de a maioria das instituições brasileiras, e não apenas o Tribunal Regional Eleitoral - TRE, ainda não incluir o item raça e orientação sexual na identificação dos/as candidatos/as.

Também o conceito de participação política, por um longo tempo, esteve perpassado por normas e pressupostos discursivos de concepções essencialistas, universalizantes e homogêneos acerca do gênero. O conceito foi utilizado para tratar da participação apenas como corolário da ação que se desenvolve a partir dos partidos políticos, priorizando, os feitos dos homens brancos. Também foi tratado, por um longo tempo, com foco exclusivo no sistema eleitoral²⁶. Esse tratamento impediu que a ação política das mulheres, enquanto sujeitos considerados subalternos – que têm atuação mais predominante na esfera dos movimentos sociais –, emergisse na historiografia oficial.

Neste contexto, a história das lutas das mulheres e feministas está caracterizada por constantes esforços para estabelecer um vínculo de sororidade entre estes sujeitos. Todavia, uma identidade que seja necessariamente útil à teoria e luta feminista não deve ignorar as diversas posições de sujeito, nem mesmo rejeitar qualquer conceito de identidade, visto que esta conduz a novas interpretações e desafios para o feminismo.

Esta perspectiva é extremamente relevante para uma pesquisa que se intitula feminista e tem como objeto a participação de mulheres negras no cenário político, na medida em que problematiza a influência de pressupostos modernos nos conceitos adotados pela ciência política - “universalidade”, “igualdade”, “o sujeito dos

²⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia_das_orienta%C3%A7%C3%B5es_sexuais. Acessível em 21/09/2015.

²⁶ PINTO, Céli. Paradoxos da Participação política da mulher no Brasil. Revista USP, São Paulo, n.49, março/maio 2001, p. 98-12.

direitos” - construídos mediante exclusões diversas, dentre as quais as raciais e de gênero ²⁷.

Uma releitura importante diz respeito ao protagonismo das mulheres negras na política que, como sujeitos de transformação social, tiveram uma presença marcante em diversos momentos históricos; entretanto, esta participação somente foi introduzida, ainda que timidamente, na produção historiográfica brasileira, a partir da sociologia, em fins dos anos oitenta.²⁸

A definição biológica e cultural atribuída à mulher, entrecruzada com a raça, classe e determinada orientação sexual, contraria o arcabouço conceitual instituído do que se convencionou denominar o “ser mulher e negra”. A nova posição identitária contradiz com a acomodação das pessoas, dificultando o seu enquadramento no sistema de divisão da sociedade - em esferas “público/privado” - uma divisão que tomamos como dada, como natural, mas que também tem uma história; na verdade, muitas histórias ²⁹.

Vejamos, então, algumas passagens envolvendo a fala de duas candidatas a vereadora da cidade de Salvador que, mesmo se declarando “mulher” e “negra”, vivenciam a opressão, típica deste “não lugar”, com maior ou menor intensidade, a depender das circunstâncias:

Leo Kret do Brasil “Se é pra melhorar, bota Léo Kret lá”³⁰

²⁷ BUTLER, Judith. "Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo". *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11-42, 1998. Tradução de Pedro Maia Soares para versão do artigo "Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism", no *Greater Philadelphia Philosophy Consortium*, p. 16, setembro de 1990.

²⁸ VALE, M. M. Mulheres na Política Local: Reflexões sobre a gênese da desigualdade de gênero em Salvador. 2012, p. 2. Acessível em <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/196/85>.

²⁹ WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In LOURO, Guacira Lopes (org). O corpo educado – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 26.

³⁰ Alessandro de Souza Santos - Leo Kret do Brasil nasceu em 09 de dezembro de 1983, em Salvador, Bahia. Em 18 de novembro de 2009, ganhou na Justiça o direito de usar o nome Leo Kret do Brasil. A primeira infância foi vivida em Areia Branca, no município de Lauro de Freitas/Bahia. Há 16 anos, os pais vieram morar na capital, no bairro de Pernambués, com os outros cinco irmãos da ex-vereadora. http://www.cms.ba.gov.br/vereadores_site.aspx?id=30. Acessado em 06/10/2012.

Ao expor o objeto de estudo em alguns espaços sociais e instâncias acadêmicas, a reação das/os colegas se deu quase que unânime quanto à relevância de se trazer a trajetória da vereadora Leo Kret Souza Santos para ser analisada. Trata-se de um questionamento recorrente, entretanto sem que se estabeleça um consenso sobre a sua incorporação, ou não, na condição de sujeito. Se não era consenso mantê-la, menos ainda retirá-la, a partir dos argumentos evocados para tal. Os discursos eram quase sempre pouco consistentes e por demais contraditórios.

Uma das questões mais frequentes trazidas para o debate era se se tratava de um homem ou de uma mulher. Por mais de uma vez foi dito que em suas idas e vindas, no meio artístico ou político, a vereadora publicamente sempre se disse mulher.

Neste sentido, incorporarmos este sujeito na ânsia de, juntamente com outras problematizações, produzir uma reflexão menos essencialista e mais política acerca do que de fato está em jogo quando se autoriza, ou não, a fala para determinados sujeitos, considerados como “abjetos”³¹, ou “subalternos”³².

Em seu artigo “*A nova vereadora da cidade*”, o professor Leandro Colling (2009) cita entrevista³³ de Leo Kret do Brasil³⁴ em que ela faz a seguinte revelação:

[...] na realidade, nós somos transgêneros. Temos identidade feminina. E se a gente vai pegar as definições coletadas pelo coletivo de travestis transexuais, vai perceber que a definição de "travesti" é se transformar em alguns momentos. E a minha identidade feminina é diária. Eu durmo e acordo uma mulher. Ainda não operada, ainda não transgenitalizada. Mas eu acordo uma mulher.³⁵

³¹ BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

³² SPIVAK, G., ¿Puede hablar lo subalterno?, Revista Colombiana de Antropología, Volumen 39, enero-diciembre 2003.

³³ Entrevista da vereadora Leo Kret do Brasil, ao site Terra Magazine (13 de fevereiro de 2009).

³⁴ Vereadora de Salvador eleita com o quarto maior número de votos entre todos/as os/as candidatos/as para a Câmara Municipal de Salvador (12.861 votos).

³⁵ Entrevista realizada por Leandro Colling, em 13/02/2009

A questão que subjaz a este debate são os efeitos provocados por determinados discursos estabelecidos pelo pensamento moderno, neste sentido ontológico, que tornam visíveis, por estarem dentro da “normalidade”, certos tipos de corpos em detrimento de outros. O trabalho de Foucault contribui bastante para este debate ao pensar nessas regulações direcionadas ao sexo não como algo casual, desinteressado:

Para Foucault, ser sexuado é estar submetido a um conjunto de regulações sociais, é ter a lei que norteia essas regulações situadas como princípio formador do sexo, do gênero, dos prazeres e dos desejos, e como princípio hermenêutico de auto-interpretação. A categoria do sexo é, assim, inevitavelmente reguladora, e toda análise que a tome acriticamente como um pressuposto amplia e legitima ainda mais essa estratégia de regulação como regime de poder/conhecimento.³⁶

Então como poderíamos, enquanto pesquisadoras de um estudo qualificado como feminista, de antemão decidir por tomar acriticamente este protagonismo? Ou mais, citá-lo apenas em uma nota de rodapé, ignorá-lo ou descartá-lo por completo da pesquisa, juntamente com os seus antagonismos e incongruências?

Mais sério ainda. Ao fazê-lo, poderíamos continuar dizendo que a pesquisa trata das relações de gênero? Para ajudar neste debate retomamos a fala de Harding (2007), ao denunciar que foi essa forma “despretensiosa” de se selecionar os sujeitos das pesquisas que ocasionou a exclusão das ciências, dos processos históricos e, por tabela, da política, as experiências de mulheres, negros, homossexuais, colonizados, dentre outros.

Foi através dos argumentos que justificam o limite da vida e das relações entre homens e mulheres, tendo por base a natureza de seus corpos, que hierarquias, subordinações e exclusões se estabeleceram e se perpetuaram até os dias atuais. Também é através desses pressupostos que são instituídos critérios de aceitabilidade para um determinado tipo de corpo, excluindo aqueles que se encontram à margem

³⁶ BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003, p. 130.

de tais construções, o que Judith Butler (2003) denominou “corpos abjetos”, visto que estes são casos que pertencem às áreas não penetradas pela ontologia.

O cerne deste debate é que gênero se constitui com e/ou em corpos sexuados. O que se pretende, portanto, não é negar a biologia associada às identidades de um modo geral e não unicamente ao gênero, mas sim enfatizar a construção histórica produzida sobre as características biológicas, a construção social de cada sexo.

Vida Bruno “No peito e na raça”³⁷

A partir da narrativa feita pela interlocutora Vida Bruno sobre seu ingresso na vida política, fica evidente que este se deu ainda na adolescência, com sua entrada na militância, basicamente, no movimento estudantil. Da decisão de se incorporar à vida política até aceitar ao convite de concorrer a um espaço de representação na Câmara Municipal, foi um passo bastante longo. Vejamos então seu depoimento de como se deu de fato este ingresso.

[...] me surgiu essa ideia de ser candidata muito antes mesmo do ano das eleições. Aos treze anos de idade eu fui presidente da UMES – União Municipal e Metropolitana dos Estudantes [...] Depois eu vou pra Universidade Católica onde eu fico durante três anos no mandato de presidente e coordenadora do Centro Acadêmico de História, depois vou, concomitantemente, assumindo cadeiras dentro do DCE – Diretório Central dos Estudantes.

O registro feito pela historiografia oficial sobre a trajetória do movimento estudantil no Brasil também não escapou dos pressupostos que determinam um fazer científico moderno, trazendo o masculino como o único sujeito possível para aqueles feitos. Quase sempre nesses estudos os “estudantes” são apresentados como seres genéricos, sem se ater a questões de gênero, raça, ou quaisquer outras especificidades constitutivas destes sujeitos. Por este motivo as mulheres ficaram sempre obscuras

³⁷ A historiadora Edileuza Bruno Vida – Vida Bruno, nasceu em 24 de dezembro de 1976, em Salvador, Bahia. Caçula de dez filhos. Seus pais vieram do interior da Bahia, em 1972 morar em Pau da Lima. Aos 13 anos de idade foi ser presidente da UMES – União Municipal e Metropolitana dos Estudantes Secundaristas. É ex dirigente da ABES – Associação Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Militante da organização LGBT, é Lésbica desde que se conhece como gente, ou seja, desde os sete anos de idade. Entrevista realizada pela autora em 23/03/2013.

por trás de citações feitas acerca de estudantes genéricos, assexuados, quando não representantes do masculino – branco, de classe média ou dominante.

A experiência desta candidata é trazida para esta análise em virtude da sua opção de rejeitar a sexualidade dita "normal". Tomada sob este contexto, ela passa a ser vista como parte integrante de uma resistência coletiva à submissão aos homens enquanto categoria empoderada.

Nessa organização social sexista que privilegia de diversas maneiras o masculino, ela é identificada como alguém que não se associa a esta ideologia que treina culturalmente a mulher para firmar uma aliança com o homem nem com o que disso é gerado.

Nesta condição, de rejeição ao modelo de sexualidade dita "normal", que exige, dentre outras coisas, a maternidade como prova óbvia do "feminino", que encontra o "masculino" para se complementar, a interlocutora se coloca totalmente em outra via que vai de encontro ao modelo socialmente imposto. A lógica também se estabelece no pressuposto de que o "viril" só tem complemento no feminino, na "maternidade", na vida em um único modelo de "família".

Eu sou negra, lésbica, não tenho filhos, hoje sou solteira, mas no período das eleições estava casada com uma mulher. [...] Fui uma das fundadoras do MLPL – Movimento Libertário de Pau da Lima, que era um movimento que estudava Bakunin, Emma Goldman e outras expressões da anarquia, do movimento anarquista, com a perspectiva de analisar e tentar pensar uma sociedade sem líderes, pensar em uma sociedade em que o coletivismo, a coletividade construísse os seus alicerces e todas as pessoas tivessem a mesma importância, sem serem hierarquizadas [...].³⁸

A lésbica, como nos remete o pensamento da feminista francesa Monique Wittig (1970) ³⁹, "não é uma mulher, nem economicamente, nem politicamente, nem ideologicamente" falando. A lésbica, neste contexto, se apresenta rejeitando,

³⁸ Entrevista realizada pela autora em 23/03/2013.

³⁹ WITTIG, Monique. Ninguém nasce mulher. 1980, p.6. Acessível em: <http://mulheresrebelde.blogspot.com/2009/04/ninguem-nasce-mulher.html>

questionando e transgredindo as estruturas sociais vigentes. Isto porque neste modelo dito normal nessa sociedade, somente dois gêneros são reconhecidos.

Na condição de lésbica, pelo amor de outra mulher, repensa sua sexualidade e modifica seu "estatuto de mulher" perante os demais. A lésbica é alguém que escapa às definições prescritas à categoria mulher pela supremacia masculina, ou seja, o que caracteriza ser mulher, segundo esta autora, é o fato de pertencer a uma categoria que se torna propriedade coletiva dos homens.

O fato de Vida Bruno ter aceitado participar das disputas pela representação política na Câmara Municipal se dá num contexto de maior abertura dos espaços na sociedade para o segmento LGBT. A ampliação deste segmento, principalmente nas universidades e na mídia, fez com que o quadro de sujeitos que se identificam com este segmento fosse alterado, ampliando o número de pessoas que se apresentam como simpatizantes. Com o espaço político também não foi diferente, com um aumento significativo de parlamentares que se envolveram com a causa, buscando a aproximação maior com esse segmento.

Decidi por participar deste processo porque eu tinha algumas coisas pra dizer, que ninguém poderia dizer por mim. Coisas e a coragem pra dizer. Porque nós vamos pegar aqui: Marta Rodrigues levanta a bandeira LGBT, Vânia Galvão, nossa companheira, levanta a bandeira LGBT, Fabiola Mansur também, mas ninguém levantaria de uma forma tão ardorosa, tão fervorosa e comprometida como eu levantei a ponto de ter uma solicitação da senadora Marta Suplicy pra fazer um programa eleitoral comigo, em cima do trio da parada gay, onde a declaração dela foi: 'se eu votasse em Salvador, eu votaria nesta 'léeeeeeesbica!' Votaria na Vida Bruno. Uma lésbica de luta...' etcetera e tal e no dia seguinte ela virou ministra. [risos].

Vida Bruno relata tudo isso salientando o custo que se paga, social e politicamente, por romper com os padrões que reforçam, especificamente, o discurso e a política heterossexual hegemônicos. É pela lógica do caracterizado “falocentrismo” e pela “heterossexualidade compulsória” que ela compreende também a forma como foi tratada pelos dirigentes de seu partido (PT) quando requereu desta estrutura a participação nos custos de uma candidatura oriunda das lutas LGBT.

[...] como a maioria dos custos de uma campanha eleitoral, pelo menos as coisas mais básicas, tem os materiais de campanha que são compartilhados com a majoritária, encontrei dificuldades homéricas pra conseguir esse material especificamente e isso eu lhe digo com muita... “por ser militante LGBT”. Por ser lésbica. O acesso a esses materiais foi realmente diferente de outras pessoas que evocavam outras bandeiras e eu percebi isso. Pra mim isso ficou muito evidente. Eu fui uma das últimas pessoas a receber o material de campanha. [...] Meu material de campanha era todo direcionado para a luta LGBT.

Existem escolhas que o partido faz. O partido decide quem vai e quem não vai e se você não for o queridinho, se você não rezar a cartilha, você se ferra. [...] Primeiro você tem que estar adequado aos padrões sociais e, lamentavelmente, o padrão hoje descrito pelo PT não é o padrão de outrora, onde negr@s construíram um partido e que independente de sua cor, independente da sua característica, da sua roupa você poderia ser, mas não é mais assim,... entendeu? Quem se elegeu no PT não gastou menos de dois milhões de reais. E eu que gastei R\$300,00, não iria com certeza ser eleita. [...] O meu material chegou na véspera do fim do primeiro turno, então eu tive de jogar caixas fora de material porque eu não tinha quem distribuísse. [...] Todas as pessoas que foram para minha campanha foram voluntariamente.

[...] Todo mundo tinha mais tempo que eu na televisão. Eu passava e falava assim: -“Vote em Vida Bruno no peito e na raça, pra acabar com a fome a miséria e todas as desgraças”. Ninguém acreditou que eu falei desgraça no horário eleitoral. Eu digo: pois eu falei. Porque a única forma de você ter oito segundos na TV e falar alguma coisa que alguém se lembre pô, você tem que xingar. [...] E esse texto quem me deu foi uma travesti na rua, que pegou meu santinho, [...]. Aí eu digo: - Pô apanha esse negócio que eu vou usar amanhã quando eu for gravar o programa. Pronto aí foi isso que saiu.⁴⁰

Não se pode negar que o número de candidatas que defendem a bandeira LGBT cresceu significativamente nestas duas últimas eleições. A contribuição de Vida Bruno a este debate quanto as suas motivações para se engajar numa campanha política eleitoral, nas circunstâncias já expostas, coloca em suspeição a seriedade dos discursos proferidos pelas representações partidárias, principalmente as instituições consideradas democráticas e de esquerda, que vêm operando no sentido de legitimar a lógica patriarcal, machista, atual. Estes dirigentes não têm assegurado, nem de longe, a diversidade presente na sociedade brasileira. Contrário, portanto, ao movimento de fortalecimento de uma nação, de fato, democrática e soberana.

De forma diferenciada, cada uma destas atrizes sociais, cada uma a sua maneira, são atravessadas por diferentes dilemas, divisões e antagonismos que produzem uma variedade de diferentes "posições de sujeito", quer seja em relação ao

⁴⁰ Entrevista realizada pela autora em 23/03/2013.

gênero, raça, sexualidade, religião, militância, etc.. Daí o interesse não apenas porque estas trajetórias deflagram interesses e agendas na articulação do movimento feminista, “mas porque também se constitui como o próprio sujeito do projeto feminista”⁴¹.

CONCLUSÃO

Sustentamos que não existem soluções simples para questões debatidas tão calorosamente pelas teóricas feministas, quanto à cidadania das mulheres negras, envoltas em pressupostos da ciência moderna, edificada no modelo liberal e patriarcal.

Este artigo não tem a intenção de dar respostas ou esgotar todas as possibilidades e contribuições que possivelmente advirão de outras iniciativas analíticas, que também questionam as teorizações dos sujeitos, das relações sociais e da política entre os sexos, forjadas de maneira conservadora e discriminatória.

As lésbicas e transexuais candidatas à Câmara Municipal de Salvador não tiveram confiscado apenas o seu direito à representação política, já que raríssimas foram as vezes que foram eleitas para mandatos eletivos; elas também têm sido preteridas no seu direito à fala, para expor sua alteridade, experiências e reivindicar bandeiras em seus próprios nomes.

Embasada no processo de desconstrução e construção proposto pelas críticas feministas contemporâneas, a prioridade neste trabalho é dar visibilidade às questões que envolvem a vida das mulheres negras - estas com seus corpos e tudo o que representam, além de abrir possibilidades futuras de falas e escutas como uma forma viável de se tecer outras lutas em prol da cidadania das mulheres e justiça social para estes sujeitos. Servir como ponto de largada para um debate que englobe a legitimidade de sujeitos concretos nas pesquisas feministas.

⁴¹ BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003, p. 21.

Formulações fundadas em conceitos como igualdade, diferença, sobretudo, variáveis teóricas identitárias como gênero e raça e orientação sexual. Como afirma Sueli Carneiro, raça/gênero/orientação sexual não “pode ser separada de outros eixos de opressão”, das esferas pública e privada; e, acima de tudo, não “é possível em uma única análise”⁴². Essas variáveis não podem ser ignoradas não só porque todas elas estão, de uma forma ou de outra, cortadas umas pelas outras, não somente pelo gênero, como também porque algumas outras subjetividades resultantes deste cruzamento podem conter, em determinados momentos, maior flexibilidade e força para impulsionar novas estratégias, processos de questionamentos, mobilizações e unidade em torno de alguns aspectos de sua subordinação e desse coletivo.

Além disso, o resultado deste movimento de desconstrução e construção, pode conter, em determinados momentos, maior flexibilidade e força para trazer para cena a luta das mulheres e do movimento feminista nos processos cotidianos de mobilizações, articulações e unidades em torno de uma política que melhor contribua para a tão desejada transformação social. Mas, com um discurso teórico feminista coerente, que reflita as relações sociais de sujeitos concretos.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Fatos e mitos. São Paulo: DIFEL, 1970.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. "Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo". *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11-42, 1998. Tradução de Pedro Maia Soares para versão do artigo "Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism", no Greater Philadelphia Philosophy Consortium, em setembro de 1990.

_____. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

⁴²CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Orgs.). Racismos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 02.

- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Orgs.). Racismos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.
- _____. Mulheres em movimento. In. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, 2003.
- HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HARAWAY, Donna J. (2000), “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica.
- HARDING Sandra. Gênero, democracia e filosofia da ciência. RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.163-168, jan./jun. 2007.
- FOUCAULT, Michel. Genealogia e Poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 167-177.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- LOURO, Guacira. L. (org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- MOUFFE, Chantal. *El Retorno de lo político. Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radial*. Trad. Marco Aurelio Galmarini. Editorial Paldós, Buenos Aires, 1999.
- NARVAZ, Martha Giudece e NARDI, Henrique Caetano. Problematizações feministas à obra de Michel Foucault. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, vol. VII, n. 1, março de 2007, pp. 45- 70.
- _____ e KOLLER, Silva Helena. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política, *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, sete/dez, 2007.
- NOGUERA, Renato. *O ensino de filosofia e a lei 10.639*. Rio de Janeiro, CEAP, 2011.
- PINTO, Céli. Paradoxos da Participação política da mulher no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.49, março/maio 2001.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. 1998. Disponível em http://www.nutead.uepg.br/gde/downloads/epistemologia_feminista.pdf. Acesso em 15 ago. 2009.
- _____. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995.

RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence, 1980. Acessível em: <http://www.terry.uga.edu/~dawndba/4500compulsoryhet.htm> [TRADUZIDO EM: WITTIG, Monique. Ninguém nasce mulher. 1980. Acessível em: <http://mulheresrebeldes.blogspot.com/2009/04/ninguem-nasce-mulher.html>

SOUZA, Neusa dos Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SANTOS. B. de S. Um discurso sobre as ciências. 5 ed. São Paulo: Cortez. 2008.

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In. BURKE, Peter (org) A escrita da História. Novas perspectivas. São Paulo: Unesp. 1992. p.63-95

_____. “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”..Recife: SOS: Corpo e Cidadania, 1994.

_____. El problema de la invisibilidad. In. ESCANDÓN, C.R. (org). Género e História. México: Instituto Mora/UAM. 1992.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, ¿Puede hablar lo subalterno? Revista Colombiana de Antropología, Volumen 39, enero-diciembre 2003.

VALE, Máisa M. Mulheres na Política Local: Reflexões sobre a gênese da desigualdade de gênero em Salvador. 2012. Acessível em <http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/196/85>.

_____. O Sujeito coletivo multifacético da política feminista: As mulheres como mulheres, com seus corpos e o que eles simbolizam. 2013. Acessível em <http://www.uneb.br/enlacandosesexualidades/files/2013/06/O-sujeito-coletivo-multifac%C3%A9tico-da-pol%C3%ADtica-feminista-as-mulheres-como-mulheres-com-seus-corpos-e-o-que-eles-simbolizam.pdf>

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In LOURO, Guacira Lopes (org). O corpo educado – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. pp. 24-82.

WITTIG, Monique. Ninguém nasce mulher. 1980. Acessível em: <http://mulheresrebeldes.blogspot.com/2009/04/ninguem-nasce-mulher.html>

http://www.ggb.org.br/nova_vereadora_leo_kret.html. Eleições municipais. A nova vereadora da cidade. por Leandro Colling

<http://racabrasil.uol.com.br/cultura-gente/152/artigo211105-1.asp>. Acessado em 12/10/2012.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia_das_orienta%C3%A7%C3%B5es_sexuais. Acessado em 21/09/2015.